
TERMO DE REFERÊNCIA

Órgão gerenciador: Secretaria Municipal da Família e Desenvolvimento Social – SMFDS.

CNPJ: 76.175.884/0001-87.

Endereço: Rua Balduino Taques, nº 445, Centro, 3º andar, Ponta Grossa/PR – 84010-050.

Fone: (42) 3220-1048 – ramal 2399.

SEI: 019016/2026

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO (art. 6ª, XXIII ‘a’ ‘i’ Lei 14.133/2021)

1.1. Objeto:

O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços integrados de organização e execução de passeios culturais e educativos, destinados a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, acompanhados pelos Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS.

Tabela:

Lote	Descrição	Unidade de Contratação	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
01	Passeio cultural – Parque Temático para 56 pessoas	Serviço	01	R\$ 26.873,00	R\$ 26.873,00
02	Passeio ferroviário Curitiba – Morretes, para 56 pessoas	Serviço	01	R\$ 32.293,33	R\$ 32.293,33
03	Passeio cultural urbano em Curitiba, para 56 pessoas	Serviço	01	R\$ 21.280,00	R\$ 21.280,00
				Valor Global Estimado:	R\$ 80.446,33

1.2. Especificação do objeto:

1.2.1. Descrição do serviço:

1.2.1.1. A presente contratação tem por finalidade a prestação de serviços integrados de organização e execução de passeios culturais e educativos destinados a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, acompanhados pelas equipes do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS do Município de Ponta Grossa.

1.2.1.2. A contratação compreenderá, sob responsabilidade única da contratada, a execução integrada dos seguintes serviços:

- Transporte rodoviário de passageiros, com saída e retorno nas unidades do CREAS no Município de Ponta Grossa;
- Fornecimento de alimentação durante a realização das atividades;
- Aquisição, confirmação e disponibilização de ingressos ou bilhetes necessários à execução dos passeios;
- Apoio logístico e operacional durante todo o período da atividade.

1.2.1.3. A contratação será estruturada em 03 (três) lotes distintos, correspondentes a roteiros específicos:

- Lote 1: Passeio cultural em parque temático localizado no Município de Penha (Beto Carrero World);
- Lote 2: Passeio ferroviário turístico no trecho Curitiba – Morretes, com retorno rodoviário;
- Lote 3: Passeio cultural urbano no Município de Curitiba.

1.2.1.4. Cada lote será executado de forma independente, em data previamente definida pela Administração, com duração estimada de 01 (um) dia, sem pernoite, contemplando aproximadamente 56 (cinquenta e seis) participantes por atividade.

1.2.1.5. Os serviços deverão ser executados de forma coordenada e contínua, garantindo segurança, pontualidade, regularidade operacional e cumprimento integral do roteiro definido pela Administração, observadas as normas de transporte de passageiros, legislação sanitária aplicável à alimentação e demais exigências legais pertinentes.

1.2.1.6. O objeto caracteriza-se como serviço comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos neste Termo de Referência, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

1.2.2. Especificações Técnicas

LOTE 1: Passeio Cultural – Beto Carrero World – Penha

a) Destino e Período

Passeio cultural e educativo ao parque temático localizado no Município de Penha, com duração de 01 (um) dia, com deslocamento de ida e volta no mesmo dia, sem pernoite.

b) Transporte: A contratada deverá fornecer:

- Ônibus categoria semi-leito ou superior;
- Ar-condicionado em funcionamento;
- Banheiro;
- Som ambiente;
- Cintos de segurança individuais;
- Seguro de passageiros;
- Veículo devidamente licenciado e regular perante os órgãos competentes;
- Motorista profissional habilitado, com experiência comprovada em viagens intermunicipais ou turísticas;
- Transporte rodoviário de ida e volta, com saída das unidades do CREAS em Ponta Grossa até o parque e retorno ao mesmo local.

c) Ingressos

Fornecimento de ingresso com acesso regular às atrações disponíveis no dia da visita, válido para 01 (um) dia, conforme regras da administração do parque.

d) Alimentação

Deverá ser fornecida alimentação composta, no mínimo, por:

- Café da manhã completo;
- Kit lanche individual acondicionado adequadamente;
- Almoço tipo combo ou refeição equivalente;
- Jantar simples no retorno;
- 02 (duas) unidades de água mineral (500 ml) por participante.

Deverão ser asseguradas alternativas alimentares para participantes com restrições previamente informadas.

e) Responsabilidade Operacional

A contratada será integralmente responsável pela coordenação logística, organização, cumprimento de horários, segurança dos participantes e observância das normas de transporte e vigilância sanitária.

LOTE 2: Passeio Ferroviário – Curitiba – Morretes (Trem Litorina)**a) Destino e Período**

Passeio ferroviário turístico no trecho Curitiba – Morretes, com retorno rodoviário, em atividade de 01 (um) dia, sem pernoite.

b) Transporte Rodoviário

- Ônibus semi-leito ou superior, climatizado, com banheiro e cintos de segurança;
- Seguro de passageiros;
- Transporte rodoviário de ida de Ponta Grossa até a estação ferroviária em Curitiba;
- Retorno rodoviário de Morretes até o ponto de origem;
- Motorista habilitado e experiente.

c) Ingresso Ferroviário

Fornecimento de bilhete na categoria turística para o Trem Litorina no trecho Curitiba–Morretes, em vagão climatizado, com serviço de bordo básico incluso, conforme disponibilidade da operadora ferroviária.

d) Alimentação

Fornecimento mínimo de:

- Café da manhã completo antes do embarque;
- Kit lanche individual durante o trajeto;
- Almoço típico regional (barreado e acompanhamentos) ou refeição equivalente;
- Jantar simples no retorno;
- 02 (duas) unidades de água mineral (500 ml) por participante.

Garantia de opções alternativas para restrições alimentares.

e) Apoio Logístico

Coordenação integral dos horários de embarque, integração transporte-trem-retorno, acompanhamento do grupo e cumprimento do cronograma.

LOTE 3 - Passeio Cultural Urbano – Curitiba

a) Destino e Período

Passeio cultural urbano no Município de Curitiba, com duração de 01 (um) dia, sem pernoite.

b) Transporte

- Ônibus semi-leito ou superior;
- Ar-condicionado, banheiro, cintos de segurança;
- Seguro de passageiros;
- Deslocamento de ida e volta desde Ponta Grossa;
- Deslocamentos internos entre os atrativos definidos pela Administração.

c) Passeios e Visitas

Realização de visitas em pontos turísticos e culturais da cidade, podendo incluir:

- Jardim Botânico de Curitiba
- Museu Oscar Niemeyer
- Ópera de Arame
- Parque Tanguá
- Bosque Alemão

O roteiro definitivo será definido previamente pela Administração.

d) Alimentação

Fornecimento mínimo de:

- Café da manhã completo;
- Kit lanche individual;
- Almoço em restaurante local, contendo prato principal, acompanhamentos e bebida não alcoólica;
- Jantar simples no retorno;
- 02 (duas) unidades de água mineral (500 ml) por participante.

Deverão ser garantidas alternativas para restrições alimentares comunicadas previamente.

e) Apoio Operacional

A contratada deverá assegurar acompanhamento logístico durante todo o trajeto, garantindo segurança, cumprimento de horários e organização do grupo.

2. VIGÊNCIA

- 2.1.** O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do instrumento contratual ou da emissão da ordem de serviço, o que ocorrer primeiro, período no qual deverão ser executadas as atividades previstas para os respectivos lotes.
- 2.2.** A execução de cada passeio ocorrerá em data previamente definida pela Administração, observada a programação institucional e o prazo máximo de vigência contratual.
- 2.3.** A vigência poderá ser prorrogada, excepcionalmente, nas hipóteses legalmente admitidas pela Lei nº 14.133/2021, desde que devidamente justificada e mantidas as condições mais vantajosas para a Administração.

3. PESQUISA SISTEMATIZADA DE PREÇO

- 3.1.** A pesquisa de preços foi realizada em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e com os arts. 22 e seguintes do Decreto Municipal nº 21.500/2023, observando metodologia apta a refletir os valores praticados no mercado para o objeto da contratação.
- 3.2.** Considerando as especificidades do objeto — que compreende a prestação integrada de serviços de transporte, alimentação, ingressos e apoio logístico — a pesquisa priorizou fornecedores especializados, de modo a assegurar maior aderência dos valores estimados à realidade da contratação.
- 3.2.1.** A utilização predominante de cotações junto a fornecedores justifica-se pelo fato de que contratações públicas similares, em diversos casos, não contemplam todos os elementos do objeto ora pretendido, especialmente o transporte rodoviário, o que pode resultar em distorções relevantes nos valores quando comparadas diretamente.
- 3.2.2.** Verificou-se, ainda, que contratações realizadas por outros entes públicos frequentemente envolvem realidades geográficas distintas, com distâncias significativamente superiores ou inferiores às do Município de Ponta Grossa, impactando diretamente os custos de deslocamento e, consequentemente, o valor global da contratação.
- 3.2.3.** Dessa forma, a adoção indiscriminada de dados provenientes de outras contratações públicas poderia resultar em sobreavaliação ou subavaliação do preço estimado, comprometendo a fidedignidade da estimativa e a vantajosidade da contratação.
- 3.2.4.** Assim, as fontes utilizadas na pesquisa compreenderam, de forma combinada:
- cotações diretas com fornecedores do ramo;
 - análise pontual de contratações públicas compatíveis, quando existentes e tecnicamente comparáveis.
- 3.3.** Para definição do valor de referência, foi adotado critério estatístico baseado no Coeficiente de Variação (CV) dos preços coletados, nos seguintes termos:
- quando o $CV \leq 25\%$ (vinte e cinco por cento), foi utilizada a média aritmética dos valores obtidos;
 - quando o $CV > 25\%$ (vinte e cinco por cento), foi utilizada a mediana, por representar medida mais robusta em cenários com maior dispersão de preços.
- 3.4.** A metodologia adotada visa assegurar maior confiabilidade à estimativa de preços, em observância aos princípios da economicidade, eficiência e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

4. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 4.1.** O valor estimado para a presente contratação é de R\$ 80.446,33 (Oitenta mil, quatrocentos e quarenta e seis reais e trinta e três centavos.) e corresponde à execução integral do objeto, compreendendo a prestação de serviços integrados de transporte de passageiros, fornecimento de alimentação, aquisição de ingressos e apoio logístico necessários à realização de atividades culturais e educativas destinadas a adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa, contemplando aproximadamente 56 (cinquenta e seis) participantes por atividade, distribuídos nos 03 (três) lotes previstos neste Termo de Referência.
- 4.2.** A estimativa de preços foi elaborada com base em pesquisa de mercado realizada junto a fornecedores aptos a executar serviços compatíveis com o objeto, considerando valores praticados para serviços turísticos e atividades institucionais de características semelhantes, incluindo transporte rodoviário, alimentação e ingressos para atrações culturais e turísticas.
- 4.3.** Os recursos destinados à contratação são provenientes da Deliberação nº 13/2024 – CEDCA/PR, devidamente reprogramados por meio da Resolução nº 055/2025 do CMDCA, que autoriza a aplicação dos recursos em ações voltadas ao atendimento e acompanhamento de adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa, incluindo a realização de atividades socioeducativas, culturais e de integração social.
- 4.4.** Ressalta-se que o valor indicado constitui estimativa para fins de planejamento da contratação e definição do procedimento licitatório, podendo sofrer variação em razão do resultado do processo competitivo, observados os princípios da economicidade, da vantajosidade e os limites orçamentários disponíveis.

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

PLANILHA DE PREÇOS																	
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	UND.	Fornecedor 1	Preço (R\$)	Fornecedor 2	Preço (R\$)	Fornecedor 3	Preço (R\$)	PNCP 1	Preço (R\$)	PNCP 2	Preço (R\$)	MÉDIA	MEDIANA	VALOR DE REFERÊNCIA UNITÁRIO	VALOR DE REFERÊNCIA TOTAL
1	Beto Carrero	56	UND.	PH Turismo	R\$ 525,00	Odette Excursões	R\$ 480,00	Gaspardo Turismo	R\$ 500,00	Almirante Tamandaré DL 155/2025	R\$ 414,50	-	-	R\$ 479,88	R\$ 490,00	R\$ 479,88	R\$ 26.873,00
2	Curitiba	56	UND.	PH Turismo	R\$ 425,00	Odette Excursões	R\$ 315,00	ANDREA DE MOURA PRODUÇÕES	R\$ 400,00	-	-	-	-	R\$ 380,00	R\$ 400,00	R\$ 380,00	R\$ 21.280,00
3	Morretes	56	UND.	PH Turismo	R\$ 600,00	Odette Excursões	R\$ 530,00	ANDREA DE MOURA PRODUÇÕES	R\$ 600,00	-	-	-	-	R\$ 576,67	R\$ 600,00	R\$ 576,67	R\$ 32.293,33
																R\$ 1.436,54	R\$ 80.446,33

Valor Total R\$ 80.446,33 (Oitenta mil, quatrocentos e quarenta e seis reais e trinta e três centavos.)

- Esta pesquisa de preços foi realizada de acordo com o Art. 23 da Lei Federal 14.133/2021 e o Capítulo VIII do Decreto Municipal 21.500/2023.

- O valor de referência foi determinado com base no menor valor apurado entre a média e a mediana.

Ponta Grossa, 19 de Fevereiro

OBS: Foram localizados processos similares no PNCP. Contudo, em alguns casos o próprio Município realiza o traslado, não havendo despesas com transporte, sendo licitados apenas ingressos para as atrações e alimentação. Além disso, há Municípios significativamente mais distantes do que Ponta Grossa, o que eleva os valores. Se esses dados forem considerados sem o devido critério, o valor estimado poderá ser inflado, não representando a realidade aplicável a Ponta Grossa.

Assinado por:
Jean Marcel Matias
23/03/2026 - 12:11
NCXPU4AEQQQFX4Y4GXZPA

(Para visualização detalhada da estimativa, favor conferir o mapa anexo ao processo SEI019016/2026)

5. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII 'b' Lei 14.133/2021)

- 5.1. A presente contratação fundamenta-se na necessidade de viabilizar a realização de atividades culturais e educativas destinadas a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, acompanhados pelas equipes do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, no âmbito da Proteção Social Especial de Média Complexidade.
- 5.2. As ações propostas possuem caráter socioeducativo, pedagógico e de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, constituindo estratégia complementar de acompanhamento técnico prevista na política pública de assistência social, em consonância com as diretrizes do atendimento a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.
- 5.3. O Estudo Técnico Preliminar demonstrou que a solução mais adequada para atendimento da demanda consiste na contratação de empresa especializada para execução integrada dos serviços de transporte, alimentação, fornecimento de ingressos e apoio logístico, estruturados por roteiros específicos, garantindo eficiência operacional, segurança dos participantes e adequada gestão contratual.
- 5.4. A modelagem adotada observa os princípios da eficiência, economicidade, competitividade e planejamento previstos na Lei nº 14.133/2021, tendo sido verificada a existência de fornecedores aptos no mercado e a compatibilidade dos preços estimados com os praticados para serviços de natureza semelhante.

- 5.5. A contratação encontra-se prevista no Plano de Contratações Anual (PCA), conforme demanda nº 1056/2026, e possui respaldo orçamentário específico, atendendo ao interesse público e à regular execução das ações socioassistenciais do órgão.
- 5.6. Dessa forma, resta devidamente justificada a necessidade e a adequação da presente contratação.

6. SOLUÇÃO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c' da Lei 14.133/2021)

- 6.1. A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para execução integrada de passeios culturais e educativos, contemplando transporte rodoviário de passageiros, fornecimento de alimentação, aquisição de ingressos e apoio logístico, estruturados por lote correspondente a cada roteiro.
- 6.2. Considerando o ciclo de vida do objeto, a modelagem adotada abrange todas as etapas necessárias à adequada entrega do resultado pretendido pela Administração, compreendendo: planejamento operacional pela contratada, mobilização de recursos (veículos, motoristas, reservas e insumos), execução do deslocamento e das atividades programadas, fornecimento de alimentação durante o evento, acompanhamento logístico dos participantes e encerramento da atividade com retorno ao ponto de origem.
- 6.3. A execução integrada sob responsabilidade única da contratada reduz riscos de descontinuidade, falhas de coordenação entre fornecedores e custos administrativos adicionais, além de facilitar a fiscalização contratual e a responsabilização por eventuais intercorrências.
- 6.4. Sob a perspectiva de eficiência e economicidade ao longo do ciclo de vida, a solução evita contratações fragmentadas, minimiza custos indiretos de gestão, assegura padronização da qualidade dos serviços e promove maior previsibilidade na execução das atividades socioeducativas.
- 6.5. Ressalta-se que os serviços possuem natureza não continuada e duração determinada por roteiro, não havendo geração de obrigações futuras de manutenção, suporte permanente ou reposição de bens após a execução de cada atividade.
- 6.6. Dessa forma, conclui-se que a solução adotada é adequada sob a ótica do ciclo de vida do objeto, atendendo aos princípios da eficiência, economicidade e planejamento previstos na Lei nº 14.133/2021.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

- 7.1.** A contratação deverá atender aos requisitos técnicos, operacionais, legais e de sustentabilidade necessários à execução adequada dos serviços integrados de passeios culturais e educativos, garantindo segurança dos participantes, eficiência logística e conformidade regulatória.
- 7.2.** A empresa contratada deverá comprovar habilitação jurídica, regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, bem como capacidade técnico-operacional compatível com a execução do objeto, nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 7.3. Requisitos relativos à habilitação técnica**
- 7.3.1.** A licitante deverá comprovar aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da contratação, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprovem a execução de serviços compatíveis em características com o objeto, tais como organização, execução ou intermediação de viagens, passeios, eventos ou atividades que envolvam logística integrada.
- 7.3.2.** Os atestados deverão conter, no mínimo:
- identificação da entidade emitente;
 - descrição dos serviços executados;
 - período de execução;
 - declaração de que os serviços foram prestados de forma satisfatória.
- 7.3.3.** Para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional, será admitida a apresentação de um ou mais atestados que demonstrem a execução de serviços compatíveis em características com o objeto da contratação, para quantitativo mínimo equivalente a 50% (cinquenta por cento) do número total estimado de pessoas atendidas na contratação, correspondente a aproximadamente 84 (oitenta e quatro) pessoas, admitida a soma de atestados.
- 7.3.4.** Os motoristas deverão possuir Carteira Nacional de Habilitação compatível com a categoria do veículo, curso exigido para transporte coletivo de

passageiros quando aplicável e experiência comprovada em viagens intermunicipais ou turísticas.

7.3.5. Justificativa da exigência de Atestado de Capacidade Técnica

- 7.3.5.1.** A exigência de atestado de capacidade técnica justifica-se pela necessidade de comprovar que a empresa possui experiência prévia na execução de serviços compatíveis com o objeto, reduzindo riscos de falhas na execução contratual.
- 7.3.5.2.** Considerando que a contratação envolve serviços integrados de transporte, alimentação, ingressos e logística, com público específico, a comprovação de aptidão técnica mostra-se medida adequada e proporcional, nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.
- 7.3.5.3.** A exigência de quantitativo mínimo de 50% por lote é razoável, não restringe a competitividade e está alinhada ao entendimento dos órgãos de controle, contribuindo para a seleção de proposta mais vantajosa e segura para a Administração.

7.4. Requisitos relativos à alimentação

- 7.4.1.** A contratada deverá assegurar o fornecimento de refeições e lanches em quantidade e qualidade adequadas ao número de participantes, observando:
- Cumprimento das normas de vigilância sanitária vigentes;
 - Adequado acondicionamento, transporte e distribuição dos alimentos;
 - Utilização de estabelecimentos regularmente licenciados;
 - Disponibilização de opções alimentares alternativas para participantes com restrições previamente informadas pela Administração.

7.5. Requisitos relativos aos ingressos e reservas

- 7.5.1.** A contratada será responsável pela aquisição, reserva, confirmação e disponibilização tempestiva de todos os ingressos necessários à execução dos roteiros, devendo:
- Garantir validade para a data programada;
 - Assegurar acesso regular às atrações previstas;
 - Resolver, às suas expensas, eventuais inconsistências de bilhetagem.

7.6. Requisitos de apoio logístico e operacional

- 7.6.1.** A contratada deverá manter estrutura operacional suficiente para garantir:
- Pontualidade nos horários de saída e retorno;

- Organização dos embarques e desembarques;
- Acompanhamento do grupo durante toda a atividade;
- Pronta resposta a intercorrências;
- Cumprimento integral do roteiro definido pela Administração.

7.7. Requisitos de sustentabilidade

7.7.1. Sempre que possível, deverão ser adotadas práticas de mitigação de impactos ambientais, tais como:

- Adequada destinação de resíduos gerados;
- Utilização de veículos em conformidade com normas de emissão vigentes;
- Fornecimento de alimentos em embalagens apropriadas e seguras.

7.8. Subcontratação

7.8.1. Não será admitida a subcontratação do núcleo essencial do objeto. Poderão ser subcontratadas apenas atividades acessórias, desde que previamente autorizadas pela Administração e mantida a responsabilidade integral da contratada pela execução.

7.9. Conformidade legal

7.9.1. Os serviços deverão ser executados em estrita observância à legislação de trânsito, normas sanitárias, regras de transporte de passageiros, normas de proteção ao consumidor e demais disposições legais e regulamentares pertinentes.

8. EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea “e” da Lei n. 14.133/2021)

- 8.1.** A execução do objeto dar-se-á por lote, mediante emissão de Ordem de Serviço pela Administração, na qual constarão, no mínimo, a data da atividade, o roteiro definitivo, o quantitativo estimado de participantes e demais orientações operacionais necessárias.
- 8.2.** Cada atividade deverá ser realizada em 01 (um) dia, sem pernoite, com saída e retorno nas unidades do CREAS no Município de Ponta Grossa, observando rigorosamente os horários e condições estabelecidos pela Administração.
- 8.3.** A definição da data de cada atividade ocorrerá mediante emissão de Ordem de Serviço com antecedência mínima de 15 (quinze) dias corridos, prazo considerado necessário para a adequada mobilização logística pela contratada. Excepcionalmente, mediante justificativa formal da Administração e anuência expressa da contratada, o referido prazo poderá ser alterado, desde que não

haja prejuízo à execução do objeto nem alteração das condições originalmente pactuadas.

8.4. Planejamento prévio

A contratada deverá encaminhar à fiscalização, com antecedência mínima a ser fixada na Ordem de Serviço, o plano operacional da atividade, contendo, no mínimo:

1. identificação do veículo a ser utilizado, com documentação regular;
2. dados do(s) motorista(s);
3. comprovação do seguro de passageiros;
4. confirmação das reservas e dos ingressos;
5. indicação dos estabelecimentos responsáveis pela alimentação;
6. cronograma detalhado do deslocamento.

A execução somente poderá ocorrer após validação formal pela fiscalização.

8.5. Condições de execução

Durante a execução, a contratada deverá:

1. garantir pontualidade nas saídas, deslocamentos e retornos;
2. manter condições adequadas de segurança, higiene e conforto;
3. assegurar o fornecimento integral dos serviços previstos em cada lote;
4. manter responsável ou preposto acessível durante toda a atividade;
5. comunicar imediatamente à fiscalização qualquer intercorrência relevante.

Eventuais substituições de veículo, motorista, estabelecimento de alimentação ou ingressos somente poderão ocorrer mediante justificativa e anuência prévia da Administração, salvo situações emergenciais devidamente comprovadas.

8.6. Fiscalização e acompanhamento

A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por servidor(es) formalmente designado(s), competindo-lhe(s):

1. verificar a conformidade dos serviços com o Termo de Referência;
2. registrar ocorrências em instrumento próprio;
3. atestar a execução para fins de pagamento;
4. propor glosas ou aplicação de sanções quando cabíveis.

A presença da fiscalização não exime a contratada de sua responsabilidade integral pela execução.

8.7. Recebimento do objeto

O recebimento ocorrerá por lote, após a conclusão de cada atividade, mediante ateste do fiscal quanto ao cumprimento integral das obrigações contratuais.

Constatadas inconformidades, poderão ser aplicadas glosas proporcionais, determinada a correção de falhas ou instaurado procedimento para aplicação das sanções previstas.

8.8. Alterações operacionais

A Administração poderá promover ajustes de data ou roteiro por necessidade do serviço, mediante comunicação prévia à contratada e preservação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, quando cabível.

8.9. Manutenção das condições de habilitação

A contratada deverá manter, durante toda a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comprovar sua regularidade sempre que solicitada, sob pena de aplicação das sanções previstas em lei e no contrato.

9. GESTÃO CONTRATUAL (art. 6º, XXIII, alínea “f” da Lei nº 14.133/21)

- 9.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e nas Leis Federais nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, sendo que o presente contrato será acompanhado e fiscalizado pelos servidores abaixo nominados:

Gestor do contrato:

AGNALDO LARA DOS SANTOS (32530)

Gestor do contrato suplente:

LEILA BATISTA GUSE MARTINS (30612)

Fiscal Técnico:

KARYM RACHEL MAMI VOIGT COLLESEL (21214)

Fiscal Técnico suplente:

THOMAS RODOLFO BRENNES (30083)

Fiscal Administrativo:

RAIANE CHAGAS DA SILVA (31916)

Fiscal Administrativo suplente:

CASSIANO RODRIGUES VAZ (31541)

10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (art. 6º, XXIII, alínea “g” da Lei nº 14.133/21)

- 10.1.** A medição do objeto será realizada com base no efetivo atendimento das exigências estabelecidas neste Termo de Referência e no contrato, considerando a adequada execução dos serviços contratados.
- 10.2.** Os serviços serão considerados medidos e passíveis de pagamento após a realização do evento e a verificação, pela fiscalização, de que a execução ocorreu em conformidade com as especificações, condições e padrões de qualidade definidos, hipótese em que será atestada a respectiva Nota Fiscal.
- 10.3.** Na ocorrência de controvérsia quanto à execução do objeto, especialmente no que se refere à quantidade, qualidade ou abrangência dos serviços prestados, deverá ser observado o disposto no art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à contratada para emissão de Nota Fiscal correspondente à parcela incontroversa da execução, para fins de liquidação e pagamento.
- 10.4.** O prazo destinado à correção de inconsistências na execução do objeto, bem como ao saneamento de falhas na Nota Fiscal ou em instrumento de cobrança equivalente, identificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação da despesa, não será computado para fins de recebimento definitivo.
- 10.5.** O recebimento provisório ou definitivo dos serviços não exclui a responsabilidade da contratada pela adequada execução do objeto, nos termos da legislação vigente.
- 10.6.** O pagamento observará a ordem cronológica de exigibilidade, conforme disposto no art. 141 da Lei nº 14.133/2021 e no art. 85 do Decreto Municipal nº 21.500/2023, respeitados os seguintes prazos máximos:
 1. até 18 (dezoito) dias úteis para a liquidação da despesa, a contar do recebimento da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração; e
 2. até 18 (dezoito) dias úteis para o pagamento, a contar da liquidação da despesa.
- 10.7.** O pagamento somente será efetuado após o atesto da Nota Fiscal pela fiscalização do contrato.
- 10.8.** A Nota Fiscal deverá ser emitida após a emissão do empenho, devendo estar acompanhada da documentação comprobatória de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, quando exigida pela Administração.

11. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, XXIII, alínea “h” da Lei nº 14.133/21)

- 11.1. A contratação será realizada em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e o Decreto Municipal nº 21.500/2023, por meio do procedimento de pregão eletrônico, adotando-se o critério de julgamento pelo menor preço.
- 11.2. As exigências relativas à habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, bem como à qualificação econômico-financeira, serão aquelas usualmente aplicáveis à generalidade dos objetos e estarão disciplinadas no instrumento convocatório.
- 11.3. A qualificação técnica exigida do fornecedor observará os critérios estabelecidos neste Termo de Referência, notadamente no item relativo aos requisitos da contratação, sendo compatível com a natureza, a complexidade e o porte do objeto, em atendimento aos princípios da razoabilidade e da competitividade.

12. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, XXIII, alínea “j” da Lei nº 14.133/21)

- 12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas no orçamento vigente da Secretaria Municipal competente, observadas as classificações orçamentárias aplicáveis à execução de ações e serviços voltados ao atendimento socioassistencial.
- 12.2. A indicação detalhada da dotação orçamentária, incluindo unidade orçamentária, programa de trabalho, elemento de despesa e fonte de recursos, será informada no processo administrativo e no instrumento contratual correspondente, em conformidade com as normas de execução orçamentária e financeira do Município.
- 12.3. Caso necessário, poderão ser utilizadas dotações orçamentárias de exercícios subsequentes, observadas as disposições da legislação orçamentária vigente e os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

13. PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL

- 13.1. A presente contratação encontra-se devidamente prevista no Plano de Contratação Anual – PCA, em atendimento ao disposto no art. 12, inciso VII, da Lei nº 14.133/2021, estando registrada na demanda nº 1056/2026.
- 13.2. A inclusão da contratação no PCA decorre da necessidade previamente identificada pela Secretaria Municipal da Família e Desenvolvimento Social, alinhada às suas atribuições institucionais e às ações planejadas para o exercício, notadamente no que se refere à realização de evento institucional

voltado ao fortalecimento e à articulação das políticas públicas desenvolvidas pela Pasta.

- 13.3.** O planejamento prévio permitiu a adequada definição do objeto, a estimativa dos custos envolvidos, a verificação da viabilidade orçamentária e a programação da execução, contribuindo para a racionalização do gasto público e para a mitigação de riscos relacionados à contratação.
- 13.4.** Dessa forma, resta evidenciado que a contratação está formalmente alinhada ao planejamento anual da Administração, atendendo às diretrizes de governança, eficiência e controle exigidas pela legislação vigente e pelos órgãos de controle externo.

14. FORMALIZAÇÃO CONTRATUAL

- 14.1.** A formalização da contratação observará o disposto na Lei nº 14.133/2021, cabendo à Administração convocar o fornecedor vencedor para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, conforme o caso, no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da convocação, nas condições estabelecidas no instrumento convocatório, no contrato e neste Termo de Referência.
- 14.2.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação formal do fornecedor durante o seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.
- 14.3.** O não atendimento à convocação para assinatura do contrato ou para aceitação ou retirada do instrumento equivalente, no prazo e condições estabelecidos, acarretará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na legislação vigente.
- 14.4.** Na hipótese de recusa injustificada do adjudicatário, será facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração da contratação, observadas as mesmas condições ofertadas pelo vencedor.
- 14.5.** Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem que haja convocação para a contratação, os licitantes ficarão liberados dos compromissos assumidos.
- 14.6.** Quando cabível, o instrumento de contrato poderá ser substituído por outro instrumento hábil, tais como carta-contrato, nota de empenho, autorização de execução de serviço ou ordem de fornecimento, especialmente nos casos de

contratação de pequeno valor ou sem obrigações futuras, permanecendo integralmente válidas e vinculantes as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 15.1.** A CONTRATADA deverá cumprir integralmente todas as obrigações previstas no edital, em seus anexos, no contrato e neste Termo de Referência, assumindo com exclusividade os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
- 15.2.** Constituem obrigações da CONTRATADA, sem prejuízo de outras previstas na legislação aplicável:
1. Executar o objeto contratado em conformidade com as especificações técnicas, condições e prazos estabelecidos neste Termo de Referência e nas Ordens de Serviço emitidas pela Administração.
 2. Disponibilizar todos os recursos humanos, materiais, logísticos e operacionais necessários à execução integral dos serviços, incluindo transporte de passageiros, fornecimento de alimentação, aquisição de ingressos e apoio logístico durante as atividades.
 3. Garantir que os veículos utilizados para transporte de passageiros estejam em perfeito estado de conservação, devidamente licenciados, segurados e em conformidade com as normas de segurança e regulamentações aplicáveis ao transporte rodoviário de passageiros.
 4. Designar motoristas devidamente habilitados, com experiência em transporte intermunicipal ou turístico, observando integralmente as normas do Código de Trânsito Brasileiro e demais legislações pertinentes.
 5. Assegurar o fornecimento de alimentação em condições adequadas de higiene, qualidade e segurança alimentar, em conformidade com as normas sanitárias vigentes.
 6. Providenciar a aquisição, reserva, confirmação e disponibilização dos ingressos necessários à realização das atividades previstas em cada lote, responsabilizando-se por eventuais custos ou intercorrências decorrentes de falhas nesses procedimentos.
 7. Garantir acompanhamento logístico e suporte operacional durante toda a execução das atividades, assegurando organização, pontualidade, segurança e cumprimento do roteiro estabelecido pela Administração.

8. Comunicar imediatamente à Administração qualquer ocorrência que possa comprometer a execução do objeto, apresentando as medidas adotadas para solução da situação.
9. Responsabilizar-se integralmente pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução dos serviços, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
10. Cumprir integralmente a legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e ambiental aplicável, bem como manter, durante toda a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
11. Atender às determinações da fiscalização do contrato, prestando todas as informações e esclarecimentos solicitados e adotando as providências necessárias para correção de eventuais falhas verificadas na execução.
12. Garantir o cumprimento das normas de segurança, transporte de passageiros e vigilância sanitária aplicáveis aos serviços contratados.
13. Assegurar, quando previamente comunicado pela Administração, a disponibilização de opções alimentares alternativas para participantes que possuam restrições alimentares.

16. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 16.1.** Compete à CONTRATANTE, sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação vigente, no edital e no contrato:
1. Emitir as Ordens de Serviço necessárias à execução das atividades, contendo as informações essenciais para a realização dos passeios, tais como data, roteiro, quantitativo estimado de participantes e demais orientações operacionais.
 2. Comunicar à contratada, com antecedência mínima prevista neste Termo de Referência, a programação das atividades a serem executadas.
 3. Designar servidor (es) responsável (is) pela gestão e fiscalização do contrato, competindo-lhe (s) acompanhar a execução dos serviços, verificar o cumprimento das condições estabelecidas e registrar eventuais ocorrências.
 4. Fornecer à contratada as informações necessárias à adequada execução do objeto, incluindo eventuais orientações específicas sobre os participantes e sobre o desenvolvimento das atividades.

5. Informar previamente à contratada eventuais restrições alimentares ou necessidades específicas dos participantes, quando tais informações estiverem disponíveis.
6. Atestar a execução dos serviços prestados, após verificação da conformidade com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, para fins de liquidação da despesa.
7. Efetuar o pagamento devido à contratada, nos prazos e condições estabelecidos no contrato, após o recebimento definitivo do objeto e apresentação da documentação exigida.
8. Notificar formalmente a contratada acerca de eventuais irregularidades verificadas na execução contratual, concedendo prazo para manifestação ou correção, quando cabível.
9. Aplicar, quando necessário, as sanções administrativas previstas no edital, no contrato e na legislação aplicável.
10. Adotar as providências administrativas necessárias para garantir a adequada execução contratual e a continuidade do serviço público.
11. Efetuar o pagamento à CONTRATADA de acordo com a proposta apresentada, na forma, prazos e condições estabelecidos no contrato e neste Termo de Referência, desde que devidamente atestada a execução dos serviços.

17. REAJUSTE E REEQUILÍBRIO DO CONTRATO

- 17.1. Os preços inicialmente contratados poderão ser reajustados, mediante solicitação da contratada, observada a periodicidade mínima de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado da contratação ou da data-base estabelecida no edital, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 17.2. O reajuste, quando aplicável, será realizado com base em índice oficial que reflita a variação de custos do setor, a ser definido no instrumento convocatório ou no contrato, observadas as normas vigentes aplicáveis às contratações públicas.
- 17.3. Independentemente do reajuste previsto, será assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato sempre que sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis de consequências incalculáveis, bem como em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que comprovadamente impactem os custos da execução contratual, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

- 17.4. A solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser formalmente apresentada pela contratada, devidamente instruída com documentação que comprove a ocorrência do fato gerador e a efetiva alteração dos custos inicialmente pactuados.
- 17.5. A análise do pedido será realizada pela Administração, que poderá solicitar informações complementares, promover diligências e adotar as medidas necessárias para verificar a procedência da solicitação, observados os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e interesse público.

18. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 18.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

19. ESCLARECIMENTOS E EXIGÊNCIAS ADICIONAIS

- 19.1. As partes envolvidas deverão observar as disposições da Lei 13.709, de 14/8/2018, Lei Geral de Proteção de Dados, quanto ao tratamento dos dados pessoais que lhes forem confiados, em especial quanto à finalidade e boa-fé na utilização de informações pessoais para consecução dos fins a que se propõe o presente processo.

Ponta Grossa, 22 de abril de 2026.

Assinado por:
João Alfredo Horst Neto
22/04/2026 - 08:53
GNVJQZSGSNGSPDLL0BOIXA

Joao Alfredo Horst Neto
Secretário interino da SMFDS

Assinado por:
Laila Wites Bolzan Guimarães Oliveira
22/04/2026 - 15:51
ZVKR1N0UQF4SEQ3RFRVUG

Laila Wites Bolzan Guimarães Oliveira
Responsável pela elaboração do TR